

“Velhos e por isso insuficientes para o serviço”: os africanos livres do Colégio Pedro II (1838-1886)*

“Old and therefore insufficient for the service”:
the Liberated Africans of Colégio Pedro II (1838-1886)

Letícia Sousa Campos da Silva**

Resumo: Em virtude da interdependência entre o racismo e o capitalismo, os africanos livres que estiveram a serviço do Colégio Pedro II no século XIX não têm figurado na historiografia sobre a instituição. Este artigo analisa os vestígios de sua presença na escola desde 1838, ano de abertura das aulas, até 1886, quando se perdem os rastros acerca de João Pirro que, emancipado em 1864, foi alugado pelo colégio. Neste estudo abordam-se suas condições de trabalho, seus modos de resistência e os impasses mesmo após sua emancipação, o que aponta sua situação precária.

Palavras-chave: Colégio Pedro II; africanos livres; trabalho assalariado.

Abstract: Due to the interdependence between racism and *capitalism, the Liberated Africans who served at Colégio Pedro II in the 19th century have been largely absent from the institution's historiography. This article examines the traces of their presence at the school from 1838, the year classes opened, until 1886, when records of João Pirro, who was emancipated in 1864 and leased to the school, disappear. This study explores their working conditions, modes of resistance, and the challenges they faced even after emancipation, highlighting their precarious situation.

Keywords: Colégio Pedro II; Liberated Africans; Wage Labor.

* Este texto atualiza discussões já realizadas no capítulo 3 do trabalho: SILVA, Letícia da. **Tensões na escola do imperador:** uma crítica à história única dos trabalhadores do Colégio Pedro II (1837-1889). 2023. Tese (Doutorado em História). – Universidade Federal Fluminense (– UFF), Niterói, 2023.

** Mulher preta, casada e mãe. Licenciada em Pedagogia pela UERJ. Licenciada, Bacharela, Mestre e Doutora em História pela UFF. Professora do Colégio Pedro II, atuando nos anos iniciais do Ensino Fundamental e na Licenciatura em História. Interessada em estudos sobre educação das relações étnico-raciais, história do trabalho, história do Colégio Pedro II. E-mail: leticia.silva.1@cp2.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5319-6033>.

A DESPEITO DO IMPACTO do abolicionismo britânico desde os tempos coloniais, o comércio de africanos foi um negócio duradouro no Brasil imperial. Afinal, a força do liberalismo de vertente imperial-escravista imprimia o consenso da escravidão como limitante da cidadania.¹ E a persistência das lógicas escravistas trouxe diversas consequências socioeconômicas, dentre as quais “a reprodução de um espectro de práticas que só poderia levar à degradação das relações do trabalho” uma vez que a “maneira como os senhores tratavam o cativo, passível de ser superexplorado até os limites de sua sobrevivência,” influenciava o modo de utilização da mão de obra livre.² Consequentemente, relações laborais frágeis, marcadas por baixos salários, instabilidade do emprego e intermitência do tempo de trabalho, seriam estruturais nos oitocentos, o que aproximava as circunstâncias de pessoas livres e escravizadas. “Não se tratava de situações excepcionais ou marginais, mas de uma condição que estava no horizonte de todo trabalhador em uma sociedade definida por um princípio de mercado que exigia, para funcionar, a própria precariedade da relação de trabalho.”³

Nesse contexto, forjou-se a noção de africanos livres, uma “categoria especial de pessoas que viveram entre a escravidão e a liberdade em diferentes territórios do Atlântico e do Índico”.⁴ Tendo sido resgatados de navios condenados por tráfico ilegal, passaram a ficar sob a responsabilidade das autoridades para receberem sua emancipação, surgindo, em alguns lugares, a ideia de reexportação para a África.⁵ Houve, contudo, a imposição de um tempo de atividades forçadas com a justificativa de custear a alimentação, o vestuário, o cuidado com a saúde, o sustento e o traslado para as nações de origem.⁶ Por essa razão, Mamigonian pensa ter havido uma separação entre seu estatuto jurídico e sua condição social, representando “uma experiência controlada de trabalho formalmente livre”.⁷

Em sua investigação sobre esses sujeitos, a autora concluiu que, entre 1834 e 1838, a maioria, em especial as mulheres, foi confiada a particulares, “principalmente funcionários públicos, membros da elite política ou pessoas que mereciam favores do governo imperial”,⁸ a exemplo de Emílio Joaquim da Silva Maia (1808-1859) que, sendo filho do negociante

1 SALLES, Ricardo. Segunda escravidão, liberalismo de classe e a matriz política imperial c. 1815-1860. In: SALLES, Ricardo (org.). **Ensaio Gramsciano**: política, escravidão e hegemonia no Brasil Imperial. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

2 KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem**. A origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Editora 34, 2019 [1987]. p. 45 e 51.

3 LIMA, Henrique. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. **Topoi. Revista de História**, v. 6, n. 11, p. 289-326, jul.-dez. 2005. p. 292.

4 MAMIGONIAN, Beatriz. Africanos livres. In: SCHWARCZ, Lília; GOMES, Flávio (org.). **Dicionário da escravidão e da liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 71.

5 Conforme Mamigonian, os ingleses rejeitaram o princípio da reexportação com a justificativa de que, se os africanos livres retornassem a seu continente, corriam o risco de serem reescravizados. Por trás desse discurso, havia o interesse em enviar emancipados para atuarem como mão de obra “voluntária” nas colônias britânicas, sobretudo no Caribe, esquema que instigou críticas da comunidade internacional. MAMIGONIAN, Beatriz. **Africanos livres**. A abolição do tráfico de escravos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. capítulo 5.

6 Cf. Lei de 7 de novembro de 1831; Decreto de 12 de abril de 1832; Aviso n. 289 de 27/08/1834 e Aviso n. 367 de 29/10/1834; Emenda de 19/11/1835.

7 MAMIGONIAN, op. cit., 2017, p. 24. Outra pesquisadora definiu essa condição com a expressão “liberdade tutelada”. RIBEIRO, Mariana. **Entre a fábrica e a senzala**. Um estudo sobre o cotidiano dos africanos livres na Real Fábrica de Ferro São João do Ipanema – Sorocaba – São Paulo (1840-1870). São Paulo: Alameda, 2016.

8 MAMIGONIAN, op. cit., 2017, p. 134.

português Joaquim José da Silva Maia (1776-1831), atuou como professor, médico e tesoureiro no Colégio Pedro II (CPII)⁹ desde a fundação da escola até sua morte.¹⁰

Já entre 1839 e 1841, houve um aumento da proporção de seu envio – sendo nove em cada dez deles do sexo masculino – para estabelecimentos estatais, tais como a Casa de Correção, a Fábrica de Pólvora da Estrela, a Fábrica de Ferro de São João de Ipanema, o Arsenal de Guerra, o Arsenal de Marinha da Corte, o Corpo de Permanentes, a Ordem Terceira do Carmo, a Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, a Biblioteca Nacional e o CPII. Assim, a escola era um ambiente laboral complexo na qual “concessionários”¹¹ coexistiam com africanos livres submetidos a trabalho compulsório.

Apesar disso, a historiografia a respeito do estabelecimento de ensino tem omitido sua presença na instituição. Parcela significativa dos estudos sobre o colégio o tem encarado apenas como um local de práticas pedagógicas,¹² não considerando que era igualmente um espaço de trabalho. As poucas pesquisas que fazem, focam somente na atuação dos professores,¹³ provocando a inexistência de uma série de pessoas de cuja atuação o funcionamento da escola também dependeu.¹⁴

9 O Colégio dos Órfãos de São Pedro foi fundado pela Provisão Régia de 08/06/1739. No decorrer do tempo, a instituição tornou-se o Seminário de São Joaquim, o Real Colégio de São Joaquim (1813), o Seminário Imperial de São Joaquim (1824), até ser transformada no Imperial Colégio de Pedro II através do Decreto s/nº, de 02/12/1837. Já conforme o Decreto n.º 2006, de 24/10/1857, a escola manteve o nome, mas passou a contar com dois prédios distintos: um externato e um internato. Com a Proclamação da República, o colégio foi convertido no Instituto Nacional de Instrução Secundária até o ano seguinte, quando teve seu nome alterado para Gymnasio Nacional. Em 1892, houve a extinção do internato e sua substituição em um segundo externato. Já em 1909, o primeiro externato tornou-se o Externato Nacional Pedro II e o segundo o Internato Nacional Bernardo de Vasconcelos. Apenas em 1911 seria adotada a denominação de Collegio Pedro II, que perdura até hoje com modernização da grafia. Cf. DÓRIA, Escragnolle. **Memória histórica do Colégio de Pedro Segundo (MHCPII)**. Brasília: INEP, 1997 [1937]. Embora neste texto o foco seja o período imperial, adotei o nome atual.

10 O CPII foi criado em dezembro de 1837 e Silva Maia foi nomeado em 21/02/1838. Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (NUDOM), livro de registro de matrículas dos empregados do Imperial Colégio Pedro II, 1838-1852, n. 5. No inventário do professor, há a menção de ter tido a seu serviço dois africanos livres até 1855, quando foram emancipados. MAMIGONIAN, op. cit., 2017, p. 134.

11 Esse termo deriva da Emenda de 19/11/1835, que foi um dos dispositivos que regulou os direitos e deveres daqueles que usufruíam da mão de obra de africanos livres.

12 Cf. ANDRADE, Vera. **Colégio Pedro II: um lugar de memória**. 1999. Tese (Doutorado em História) – UFRJ, Rio de Janeiro, 1999. CUNHA JUNIOR, Carlos. **O Imperial Collegio de Pedro II e o ensino da boa sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008. PENNA, Fernando. **Sob o nome e a capa do imperador: a criação do Colégio de Pedro Segundo e a construção do seu currículo**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2008. SOUZA, Carlos. **A educação como prática política: formação e renovação de repertórios pedagógicos do Segundo Reinado (o Colégio Pedro II, o Ginásio Baiano e o Culto à Ciência)**. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – USP, São Paulo, 2015.

13 Cf. MENDONÇA, Ana Waleska; LOPES, Ivone; SOARES, Jeferson; PATROCLO, Luciana. A criação do Colégio Pedro II e seu impacto na constituição do magistério público secundário no Brasil. **Educação e Pesquisa** (Impresso), São Paulo, v. 39, p. 985-1000, 2013. PATROCLO, Luciana; LOPES, Ivone; CRAVO, Regina Lucia. Verdadeiras glórias nacionais: a memória acerca das primeiras gerações de professores do Colégio de Pedro II através das páginas da ‘Revista da Semana’. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 15, p. 173-200, 2015. MENDONÇA, Ana Waleska; SILVA, Fernando; OLIVEIRA, Paloma. A classe de repetidores do Colégio de Pedro II: um degrau na carreira docente ou uma estratégia de formação? **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 15, p. 201-228, 2015. Nenhum deles, contudo, enfatizou em suas análises as tensões e conflitos decorrentes das relações laborais desses profissionais.

14 Em minha pesquisa acerca dos trabalhadores do CPII no século XIX, descobri uma diversidade de cargos e/ou funções na escola, a saber: apontador das aulas, bedel das aulas, bibliotecário/guarda da biblioteca, capelão, chefe da vestiaria, coadjuvante dos professores de desenho e música, comprador, contínuo da tesouraria, cozinheiro/mestre de cozinha, criado/servente, despenseiro, encarregado da conservação dos gabinetes de ciências naturais/preparador das matérias do ensino de ciências naturais, encarregado do correio, escriturário da tesouraria, escritor, explicador, fiel do armazém, guarda do pátio interior, inspetor de alunos, inspetor da enfermaria, inspetor da rouparia/da vestiaria, médico, porteiro, rabequista auxiliar do professor de dança,

A explicação mais coerente para esse silenciamento é admitir que, mesmo após a desestruturação formal do colonialismo, o projeto de descolonização ficou inacabado. Desse modo, o racismo, o capitalismo e o patriarcado subsistem como as formas de dominação moderna, havendo uma interdependência entre elas de modo a se manter “a existência de cada hierarquia de dominação sem reduzir uma às outras, porém ao mesmo tempo sem poder entender uma sem as outras”.¹⁵ Tal cenário provoca variados efeitos materiais, simbólicos e epistêmicos, transformando, inclusive, a academia em “um espaço *branco* onde o privilégio de fala tem sido negado para pessoas *negras*”.¹⁶

Conforme Kilomba, perguntas como estas ajudam a desmonumentalizar os saberes que têm sido valorizados:

Quem sabe o quê? Quem não sabe? E por quê?

[...] Qual conhecimento está sendo reconhecido como tal? E qual conhecimento não o é? Qual conhecimento tem feito parte das agendas acadêmicas? E qual conhecimento não? De quem é esse conhecimento?

[...] Mas quem define quais perguntas merecem ser feitas? Quem as está perguntando? Quem as está explicando? E para quem as respostas são direcionadas?¹⁷

As proposições de Grosfoguel agregam bastante nesse ponto por questionar o princípio latente nas filosofias e ciências ocidentais que, ao privilegiar a “‘egopolítica do conhecimento’ em desfavor da ‘geopolítica do conhecimento’ e da ‘corpo-política do conhecimento’”, esconde a ligação entre o sujeito da enunciação e seu lugar epistêmico étnico-racial/sexual/de gênero, gerando os mitos da neutralidade e do conhecimento universal. Ao invés disso, ele apregoa a necessidade de situar os conhecimentos e de, portanto, alterar a “geografia da razão”, promovendo “uma perspectiva epistêmica proveniente do lado subalterno da diferença colonial”.¹⁸

Reconhecendo, então, meu lugar geopolítico e corpo-político – uma trabalhadora negra sul-americana –, sou levada a tomar o partido das pessoas colonizadas no que diz respeito à produção de saber e a trazer à cena trabalhadores negros que têm sido invisibilizados pelo racismo. A fim de não perpetuar omissões, neste texto exploro os indícios acerca de africanos livres a serviço do CPII desde 1838, ano de abertura das aulas, até 1886, quando se perdem os rastros acerca de João Pirro que, emancipado em 1864, foi alugado pelo colégio.

A análise firmou-se fundamentalmente em manuscritos contendo a comunicação entre os reitores da escola e os representantes do Ministério do Império, armazenados

refeitoreiro, reitor, repetidor, sacristão, secretário, substituto, tesoureiro, tocador de sino e vice-reitor.

15 GROSFOGUEL, Ramón. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. *In*: MALDONADO-TORRES, Nelson; BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSFOGUEL, Ramón (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p. 60.

16 KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. p. 50, grifos da autora.

17 *Ibidem*, p. 50 e 54.

18 GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *In*: SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 455, 460.

tanto no Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (NUDOM) quanto no Arquivo Nacional (AN). Utilizaram-se também documentos impressos, tais como diversos dispositivos legais e relatórios ministeriais, os quais estão disponíveis online, respectivamente, nos sites Portal da Câmara dos Deputados e Biblioteca Nacional Digital. Com base em tais registros, o artigo tem como foco as condições de trabalho dos africanos livres, seus modos de resistência e os impasses experimentados mesmo após a emancipação.

Africanos livres que existem e foram distribuídos para o serviço do CPII

EM DEZEMBRO DE 1837 foi assinado o decreto que deu origem ao CPII: um estabelecimento de instrução secundária para indivíduos do sexo masculino da *boa sociedade*¹⁹— afinal, embora houvesse algumas vagas para alunos gratuitos, era necessário providenciar um farto enxoval e pagar retribuições trimestrais, o que impactava o acesso de pessoas pobres. Em janeiro de 1838 publicou-se seu primeiro estatuto e apesar da previsão de que as aulas começassem dois meses depois, iniciaram-se apenas em maio.²⁰

Dois vestígios apontam que africanos livres estiveram por lá desde o início: um recibo de 1838 gerado por um fornecedor, confirmando a venda de alimentos para o “sustento dos Africanos livres das obras do Colégio de Pedro Segundo”, sem dar maiores detalhes; e uma “Relação dos Africanos livres, que existem, e foram distribuídos para o serviço do Colégio de Pedro Segundo”, a qual, elaborada em 1844 pelo reitor Joaquim Caetano da Silva (1810-1873), apresentou um balanço da sua situação, o que sintetizei no Quadro 1 a seguir.²¹

19 Sobre a criação do colégio ter sido uma estratégia política das elites, Cf. CUNHA JUNIOR, op. cit. PENNA, op. cit. Quanto ao gênero do público-alvo, informo que não se discriminou de forma evidente o impedimento de mulheres estudarem na escola no decreto de fundação nem no primeiro estatuto. A despeito disso, a interdição feminina ficou subentendida nos textos, a exemplo da ausência do termo alunas. Entretanto, no início de 1883, em torno de dez anos antes de se tornar o primeiro prefeito do Distrito Federal, o professor da Faculdade de Medicina dr. Candido Barata Ribeiro (1843-1910) requereu a matrícula de suas duas filhas no CPII, sendo atendido sob a alegação de não haver disposição legal proibitiva, o que abriu precedentes para outras solicitações no mesmo sentido. O governo voltou atrás em 1885, transferindo as estudantes para outras instituições, e o ingresso de mulheres foi regularizado no estabelecimento somente a partir de 1925. DÓRIA, op. cit., p. 152-154. Aviso nº 778 de 22/02/1883; Anexo C do relatório ministerial de 1883, p. 359-360; Relatório ministerial de 1885, p. 52; AN, RIO 94, Fundo Educação, Série Ensino Secundário, IE 4 mç. 48 (23/02/1883 e 25/10/1883) e mç. 49 (26/03/1885, 31/07/1885 e 02/10/1885).

20 Regulamento nº 8, de 31/01/1838. AN, RIO 94, Fundo Educação, Série Ensino Secundário, IE 4 mç. 26, 10/11/1838.

21 AN, RIO 94, Fundo Educação, Série Ensino Secundário, IE 4, mç. 26, 10/04/1838. AN, RJANRIO AM, Série Justiça, mç. IJ6, pasta 523, 16/12/1844.

Quadro 1 – Africanos livres no CPII (1838-1844)

| Nome | Nação | Data de chegada | Data de saída |
|----------------------------|------------|-----------------|---------------|
| Antonio | Congo | 11/04/1838 | 25/07/1838 |
| Luiz | Congo | 11/04/1838 | 14/02/1840 |
| Sebastião | Angola | 11/04/1838 | 14/02/1840 |
| Antonio Vallentim | Mina | 18/04/1838 | 25/04/1838 |
| Justiniano | Moçambique | 18/04/1838 | 14/02/1840 |
| Francisco | Congo | 05/07/1838 | 26/09/1838 |
| Ezequiel | Congo | 09/10/1838 | Não informada |
| Leoncio | Congo | 09/10/1838 | Não informada |
| Liborio | Congo | 09/10/1838 | Não informada |
| Barnabé | Monjolo | 09/10/1838 | m. 13/06/1842 |
| Francisco | Angola | 06/03/1839 | Não informada |
| Amancio | Uambo | 06/03/1839 | Não informada |
| Paulo | Urungo | 06/03/1839 | Não informada |
| Pantaleão | Massenge | 06/03/1839 | Não informada |
| [João] Pirro ²² | Canhiacuto | 06/03/1839 | Não informada |
| Lourenço | Ugarangue | 06/03/1839 | m. 06/12/1842 |

Fonte: AN, RJANRIO AM, Série Justiça, mç. IJ6, pasta 523, 16/12/1844.

Uma leitura crítica do que é exibido neste quadro desvela uma série de violências. O exame das duas primeiras colunas escancara o que Santos e Meneses denominaram de *epistemicídio*: “a supressão dos conhecimentos locais perpetrada por um conhecimento alienígena.”²³ Assim, independentemente de serem provenientes de nações diversas, em sua maioria do Congo, os nomes desses homens remetem-se aos costumes da língua portuguesa, principalmente no tocante às tradições cristãs.²⁴

Quanto à questão da chegada, outro silenciamento. Segundo a *Memória Histórica do Colégio de Pedro Segundo (MHCPII)*, livro para celebrar o centenário da instituição em 1937 e que tem sido tomado como a principal fonte de informações sobre a escola no período,²⁵ os primeiros funcionários foram o secretário, o reitor, o capelão e seis professores,

22 Nesse documento figura apenas o nome Pirro. Já nas folhas de pagamento entre 1860 e 1864 aparece o nome João. Todavia, esse trabalhador foi representado como João Pirro em ofícios de 1864, em registros de vencimento após 1864 e em um aviso de 1886. AN, RJANRIO AM, Série Justiça, mç. IJ6, pasta 523, 16/12/1844. AN, IE 4 mç. 36-46. Aviso nº 16 de 19/02/1886.

23 SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula. Introdução. In: SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 16.

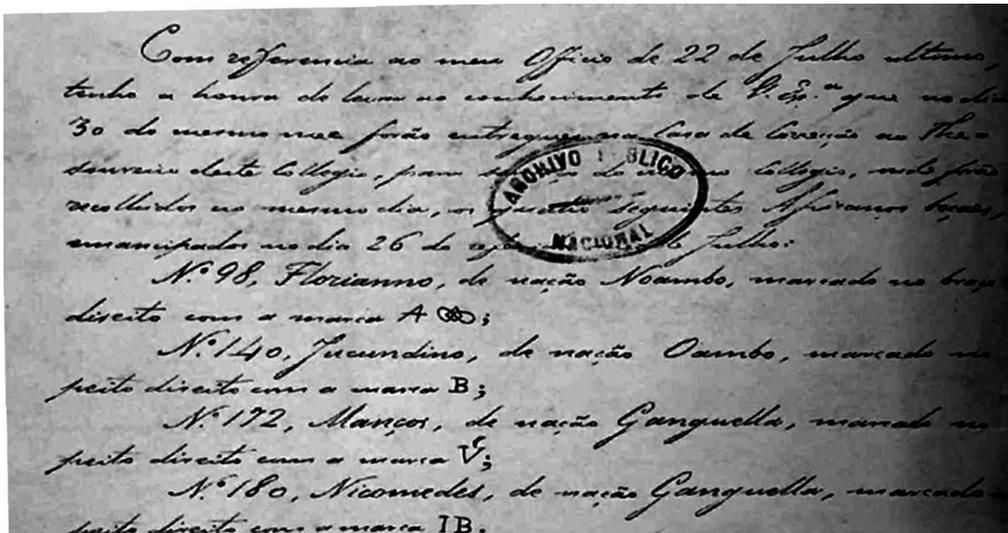
24 Consoante Mamigonian, “à diferença do que foi feito em Serra Leoa e também em Havana, os escrivães brasileiros não levaram em conta os nomes de origem, sinal de desinteresse por sua história prévia e reflexo da prática corrente de dar nomes portugueses àqueles incorporados à sociedade católica luso-brasileira. Isso não significa que os africanos livres não usassem seus nomes antigos entre si no dia a dia, porém a natureza da documentação consultada raramente dá acesso a essa prática”. MAMIGONIAN, op. cit., 2017, p. 45 e 47.

25 Cf. Comissão de Atualização da Memória Histórica do Colégio Pedro II. *MHCPII*. Brasília: INEP, 1997. p. vii-xxviii. NUNES, Sátiro. *Colégio Pedro II: a gênese de uma representação de escola excelente*. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estácio de Sá (UNESA), Rio de Janeiro, 2007. CPII. *O Colégio Pedro II – Contribuição Histórica aos 175 anos de sua fundação*. Rio de Janeiro: CPII, 2013. SANTOS, Beatriz; SILVA, Elisabeth da; ANDRADE, Vera Lucia; RODRIGUES, Vera Maria. *Memória Histórica do Colégio Pedro II*. 180 anos de História na Educação do Brasil. Rio de Janeiro: Triunfal Gráfica e Editora, 2018.

todos nomeados antes da abertura das aulas, em maio de 1838. De acordo com o quadro, Antonio Congo, Antonio Vallentim Mina, Justiniano Moçambique, Luiz Congo e Sebastião Angola também chegaram ao CPII nessa época, atuando como criados e/ou pedreiros das modificações infraestruturais necessárias para a transformação do antigo seminário em colégio, embora o fato quase não seja lembrado.²⁶ Parafraseando Sojourner Truth em sua memorável fala,²⁷ não seriam esses cinco homens trabalhadores como os demais?

Já em relação às datas de saída que, a meu ver, indicam atos de resistência desses sujeitos, desenvolverei na próxima seção. No momento importa mencionar que, no ano seguinte, o mesmo reitor expôs informações ainda mais minuciosas sobre um grupo de recém-chegados ao CPII. No fragmento, observa-se o relato da entrega de quatro africanos “boçais”²⁸ no dia 30/07/1845, com ênfase no que se copiou de suas cartas de liberdade²⁹ datadas de 27/07/1845: seus números de matrícula no registro geral, nomes, nações e marcas corporais, configurando as últimas uma evidência de violência física contra eles.

Imagem 1 – Trecho de ofício sobre os africanos livres



Fonte: AN, IE 4 mç. 31, 9 ago. 1845.

26 DÓRIA, op. cit., p. 31-33. Para não dizer que o autor da MHCPPII ignorou os africanos livres por completo, no segundo capítulo há as duas únicas menções a eles, as quais são bastante superficiais. A primeira ocorrência foi quando enalteceu a atuação do bispo Antônio de Arrábida, primeiro reitor da escola, comentando que ele “chamava a atenção do ministro Bernardo de Vasconcellos para a falta de conforto dos *quatro negros incumbidos de serviços grosseiros*”. E depois quando explicou certa divisão de tarefas entre a criadagem, não deixando de reforçar os elogios aos dirigentes: “O serviço diário e interno da Casa ficava a cargo de dois serventes, para a limpeza, de três empregados especiais para a cozinha, *quatro africanos incumbidos das tarefas mais grosseiras*. Até neste particular atendia o Governo à reitoria, autorizando-a humanitariamente a melhorar a condição dos africanos.” Ibidem, p. 35 e 37, grifos meus.

27 “E não sou eu uma mulher?” – discurso proferido como uma intervenção na Women’s Rights Convention em Akron, Ohio, Estados Unidos, em 1851. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em: 12 jun. 2024.

28 Clóvis Moura definiu a palavra boçal como o “[n]ome pelo qual era designado o africano que ainda não sabia falar a língua portuguesa”. MOURA, Clóvis. **Dicionário da Escravidão Negra no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013 [2004]. p. 70.

29 De acordo com o art. 4º do Decreto de 12 de abril de 1832, na carta de liberdade dos africanos livres era necessário informar o nome, a naturalidade, a fisionomia e os sinais característicos. O Aviso nº 367, de 29/10/1834, acrescentou que essa carta e os dados do arremate do africano seriam colocados dentro de uma lata que ficaria presa em seu pescoço.

Na outra parte desse ofício, Joaquim Caetano da Silva acrescentou o que constatara a partir de sua própria sindicância. Ele alegou ter detectado apenas “uma marca confusa” no braço direito de Nicomedes Ganguela, o que diferia da declaração de sua carta; e pontuou que Manços Ganguela possuía uma hérnia umbilical. Além disso, sinalizou suas idades, o que me fez compreender que, na mesma escola onde meninos da elite estudavam,³⁰ ocorria o trabalho compulsório infantil de outrem: Floriano Noambo chegou à instituição com 12 anos, enquanto os demais tinham apenas dez.³¹

Enquanto esse informe tão acurado comprova que o colégio seguia os preceitos de escrituração dos africanos livres, foi mais custoso verificar se a instituição cumpria outros procedimentos imperativos para com eles. Acerca da alimentação, não foram encontrados outros vestígios além do recibo já citado, o qual aponta que no contexto das obras do colégio comprou-se carne seca, feijão preto, toucinho e farinha para a elaboração de suas refeições. Dessa maneira, não consegui saber se depois do início das aulas eles continuaram comendo tais alimentos ou se passaram a ingerir o que era oferecido aos estudantes e demais trabalhadores.³² E sobre o vestuário, encontrei notas emitidas por lavadeiras na década de 1860, expressando que, além dos itens de propriedade da escola – tais como aventais, panos de cozinha e toalhas de mesas, de rosto e de lavatório –, também limpavam e/ou consertaram peças dos africanos livres, como camisas, calças, cobertas, jaquetas e paletós.³³

No que concerne aos cuidados com a saúde, identifiquei apenas narrativas noticiando seus óbitos. Mamigonian assegurou que a “mortalidade deles – talvez pelo serviço pesado, talvez pelas condições de tratamento das doenças nas instituições – foi alta”.³⁴ Seu olhar

30 No primeiro estatuto restringiu-se a admissão de alunos no CPlI àqueles que possuísem entre oito e 12 anos. Regulamento nº 8, de 31/01/1838, art. 46. Quarenta anos depois, a idade para ingresso foi modificada para o intervalo de onze a 15 anos. Decreto nº 6884, de 20/04/1878, art. 11. Já em 1881, fixou-se o mínimo de dez anos. Decreto nº 8051, de 24/03/1881, art. 9º. No entanto, há na Biblioteca Nacional diversos manuscritos contendo solicitações de dispensa da idade inicial estipulada para a matrícula na escola, sobretudo nos anos de 1838 e 1839.

31 Segundo o ofício, esses garotos eram recém-chegados ao Brasil. A fim de formular paralelos entre a situação desses “provisoriamente” submetidos ao trabalho compulsório e dos cativos por direito, incluo os comentários de Mamigonian sobre a prole das africanas livres, e de Arantes sobre o momento no qual os filhos das escravizadas passavam a ser vistos como trabalhadores. “Nem sempre as africanas livres tinham custódia dos filhos legalmente nascidos livres, ingênuos. As crianças nascidas durante o período de serviço obrigatório de suas mães em instituições públicas cresciam ali e eram incorporadas à mão de obra aos sete anos de idade”. MAMIGONIAN, op. cit., 2017, p. 328. “A partir de 7 anos, entrava a criança para o mundo do trabalho na condição de ‘aprendiz’ ou ‘moleque’ e aos 12/14 anos já se constituía plenamente como força de trabalho escrava.” ARANTES, Esther. Rostos de crianças no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2011. p. 173.

32 AN, RIO 94, Fundo Educação, Série Ensino Secundário, IE 4 mç. 26, 10 abr. 1838. Um comprovante de pagamento de 1845 informou a compra pela escola dos seguintes mantimentos: açúcar, aletria, alho, arroz, bacalhau, banana, banha, batata, cebola, chá, doce, farinha de trigo, laranja, macarrão, manteiga, peru, peixe, pimenta moída, presunto, sal e temperos, sendo frango e leite itens específicos para a enfermaria. AN, RIO 94, Fundo Educação, Série Ensino Secundário, IE 4 mç. 31, 1845. Segundo o primeiro estatuto, os inspetores e o capelão seriam alimentados à custa do colégio com o mesmo tipo de comida oferecida aos alunos; e o reitor, o vice-reitor e os professores que desejassem fazer refeições no estabelecimento deveriam ceder quantias de seus ordenados para esse fim. Regulamento nº 8, de 31 jan. 1838, art. 204 e 205. Apesar da omissão, creio que os serventes também gozavam da gratuidade de alimentação por residirem no estabelecimento.

33 AN, RIO 94, Fundo Educação, Série Ensino Secundário, IE 4 mç. 36, 1862 e mç. 37, 1863-1864.

34 MAMIGONIAN, op. cit., 2017, p. 150.

converge com o de Pimenta, que observou o quanto essas doenças “eram agravadas por carências nutricionais, assim como pelo trabalho extenuante e pelos castigos aos quais eles poderiam estar submetidos”.³⁵

Ao passo que, numa conjuntura de precariedade laboral, encaro como uma realidade o cotidiano de tarefas exaustivas, posso apenas presumir uma nutrição deficitária por não ter certezas sobre sua rotina alimentar. Em face da falta de vestígios, igualmente não creio ser apropriado afirmar a ocorrência de punições corporais a mando dos dirigentes da escola. Inclusive considero proveitoso registrar o conteúdo de um ofício em que o reitor Joaquim Caetano reclamou da indisciplina de alguns alunos e comunicou a expulsão de um deles por ter sido acusado de, dentre outras atitudes, ter “maltratado a um servente com pancadas”.³⁶

Sem ter em conta o motivo específico que fragilizou suas condições de saúde, o que se sabe é que Barnabé Monjolo faleceu de anemia intertropical; Amancio Oambo/Uambo, de gastro-hepato-peritonite; Paulo Urungo, de tísica pulmonar; Antonio Congo, de infecção escrupulosa; e Pantaleão Massenge e Jacinto Monjolos não tiveram as causas das mortes informadas.³⁷ Apesar da afirmação de Pimenta de que os hospitais “não eram o lugar, por excelência, de tratamentos médicos para os cativos”,³⁸ ao menos Paulo, Antonio e Jacinto foram remetidos à Santa Casa da Misericórdia.³⁹

E, por fim, abordo a questão educacional. Isso porque um dos dispositivos legais que determina os direitos e deveres daqueles que usufruiriam da mão de obra de africanos livres contém a determinação da seguinte conduta: “Que as pessoas, que arrematarem os serviços das mulheres, serão obrigadas a levar com elas algumas das crianças e a educá-las com todo o desvelo, havendo por isso atenção a que a paga dos serviços seja neste caso mais suave aos arrematantes.”⁴⁰

A despeito de não ter identificado o encaminhamento de africanas para o CPII, já pontuei o envio de crianças. Mas o texto é omissivo em relação ao dever de educá-las no caso de sua distribuição suceder sem a presença feminina. Mota expôs sua percepção de que, mesmo que não houvesse intencionalidade, o “mundo do trabalho geralmente

35 PIMENTA, Tânia. Doenças. In: SCHWARCZ; GOMES, op. cit., p. 195.

36 AN, RIO 94, Fundo Educação, Série Ensino Secundário, IE 4 mç. 27, 22/08/1839. Nas fontes acerca da situação laboral na escola, identifiquei que o termo servente ora aparece como sinônimo de criado, ora é utilizado para classificar as pessoas que desempenhavam as tarefas manuais, o que poderia abarcar os responsáveis pelo serviço geral e dos empregados; os que ficariam no locutório para chamar os alunos procurados; e os que exerceriam os serviços especiais da despensa, da cozinha, da enfermaria e latrinas, e da guarda das portas e pátios.

37 AN, RIO 94, Fundo Educação, Série Ensino Secundário, IE 4 mç. 29, 13/06/1842; mç. 32, 10/09/1847; mç. 34, 05/11/1851; mç. 35, 28/02/1853, 18/04/1855 e 30/04/185. NUDOM, livro para registro do inventário dos objetos de serviço interno do Externato do Imperial Colégio de Pedro II, 1860-1863.

38 PIMENTA, op. cit., p. 197.

39 AN, RIO 94, Fundo Educação, Série Ensino Secundário, IE 4 mç. 34, 05/11/1851 e 35, 30/04/1855. NUDOM, livro para registro do inventário dos objetos de serviço interno do Externato do Imperial Colégio de Pedro II, 1860-1863.

40 Aviso nº 367, de 29/10/1834, § 1º. A fim de contextualizar essa prática, trago a explicação de que nas “redes de sociabilidade comunitária, nos diversos grupos indígenas, nas famílias camponesas rurais e nas comunidades escravas, as mulheres mais velhas, geralmente, se responsabilizavam pelo cuidado e pela educação das crianças [...]”. GONDRA, José; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 201-202.

mediava seu encontro com o alfabeto: escravos e forros com ofícios especializados tinham maior chance de encontrar a palavra escrita ou serem treinados em atividades básicas de cálculo”.⁴¹ Wissenbach ratificou o ponto de vista, destacando a presença de hábitos de escrita e de leitura difundidos pelo menos entre dois grupos: os escravizados pertencentes às ordens religiosas e ao clero, e os que exerciam atividades autônomas nos espaços urbanos.⁴²

O que se pôde depreender sobre essas práticas sociais dentro de uma escola? Ao que tudo indica, não houve esforços por parte dos dirigentes do CPII nem iniciativas de seu corpo docente a fim de ensinar as primeiras letras aos trabalhadores que as desconhecessem. Em primeiro lugar, porque não foram mencionadas ações nessa direção nos regulamentos ou manuscritos a que tive acesso. Em segundo lugar, porque alguns documentos sugeriram casos de analfabetismo.

Na análise dos registros de pagamento, percebi o costume de terceiros assinarem os comprovantes no lugar das pessoas que deveriam receber os salários, ocasião na qual havia a nota de que se tratava de um procurador ou que se fazia “a rogo” do indivíduo em foco. Na maioria das vezes, essas ocorrências assinalavam afastamentos pontuais, como problemas de saúde. Entretanto, ao menos cinco serventes livres não firmaram por si mesmos seus próprios recibos em momento algum. É bem verdade que os criados Pedro Fernandes e José Francisco Alves figuraram nos documentos apenas por aproximadamente um ano; o criado José Maria Rodrigues e o cozinheiro José Francisco Groz por cerca de dois; e José Antônio Gomes por quase três; o que denota pouco tempo de permanência na instituição.⁴³ Ainda assim, o fato de, em vários meses, terem demonstrado que não dominavam sequer a grafia de seus nomes é um indicativo de que não foram submetidos de modo coordenado a processos de alfabetização.⁴⁴

Se esse foi o tratamento proporcionado às pessoas livres, pressuponho que intervenções para com os africanos livres também não tenham ocorrido. Eles foram incluídos nas folhas de pagamento somente a partir de 1860 quando já não havia a imposição de assinatura referente ao benefício. Ainda assim, encontrei em um documento do internato a afirmação de que em agosto daquele ano Affonso, Amancio e Braz receberam seus vencimentos de julho a rogo de Manoel Ferreira de Castro,⁴⁵ que à época

41 MOTA, Isadora. “Eu indo com ela pra lá, ela não volta mais pra cá”: letramento, emancipação e as experiências de africanos livres entre Brasil e África. In: MAC CORD, Marcelo; ARAÚJO, Carlos; GOMES, Flávio (org.). **Rascunhos cativos**. Educação, escolas e ensino no Brasil escravista. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017. p. 113.

42 WISSENBACH, Maria. Cartas, procurações e patuás: os significados da escrita no mundo da escravidão. In: MAC CORD; ARAÚJO; GOMES, op. cit., p. 65.

43 AN, RIO 94, Fundo Educação, Série Ensino Secundário, IE 4 mç. 26-28, 30-31.

44 Em concordância com Isadora Mota, refiro-me somente à questão da alfabetização: “Quando falamos em letramento, é preciso ressaltar, nos referimos a algo mais amplo do que a alfabetização pura e simples ocorrida em um contexto educacional formal. Mais do que meras habilidades individuais a serem aprendidas, tratamos aqui de entender os usos da leitura e da escrita em sua natureza social, como práticas culturais e discursivas imbricadas nos mecanismos cotidianos de perpetuação das relações escravistas no Brasil.” MOTA, op. cit., p. 103. E, indubitavelmente, saber da necessidade de assinar os comprovantes de pagamento os fazia compreender um importante uso dos documentos escritos naquele tempo.

45 NUDOM, livro para registro da folha de ordenados dos funcionários do Externato [Internato] do Imperial

desempenhava a função de comprador da escola.⁴⁶ Isso sugere que os três não sabiam escrever. Sua provável inaptidão para a escrita, contudo, não os impediu de tomarem determinadas atitudes que os dirigentes da escola leram como perturbações da ordem.

Pela conservação do regime e ordem doméstica do estabelecimento

CONQUANTO TENHAM SIDO invisibilizados na historiografia da escola, bem como em outras narrativas sobre os oitocentos por força da permanência das formas de dominação moderna, sobretudo o racismo e o capitalismo, hoje já se sabe que africanos livres não se conformaram com os constrangimentos a que foram submetidos.⁴⁷ As fontes relativas ao estabelecimento sugerem que desde o ingresso dos primeiros grupos de africanos livres houve alguma recusa a sua situação desfavorável. Retomando o Quadro 1, sinalizo que Antonio Vallentim Mina foi devolvido à Casa de Correção apenas sete dias após sua chegada, Francisco Congo após aproximados dois meses e Antonio Congo após mais de três meses.⁴⁸ Já Luiz Congo, Sebastião Angola e Justiniano Moçambique foram afastados da escola no mesmo dia em 1840, o que indica que permaneceram somente por quase dois anos. Ademais, uma vez que não houve maiores esclarecimentos, é possível encarar o suicídio de Lourenço Ugarangue, com uma facada na boca do estômago em 1842, como um ato de oposição às injustiças experienciadas.⁴⁹

Se em relação a esse período as informações estão muito fragmentadas, os documentos referentes aos anos seguintes revelam mais. Em julho de 1850, o reitor Joaquim Caetano da Silva explicou sua motivação para requisitar a troca de um africano livre.

Não convindo a este Colégio que nele continue o Africano Francisco de nação Angola, declarado livre em 23/02/1839, com o n.º 5, e que está ao serviço deste Colégio desde 6 de Março daquele ano, pela razão de ser sumamente altanado, e perigoso conselheiro dos Africanos mais moços, em consequência de que se acha na Casa de Correção: tenho a honra de pedir a V. Ex.^a se digne mandar que seja trocado por outro.⁵⁰

Colégio de Pedro Segundo, 1860.

46 AN, RIO 94, Fundo Educação, Série Ensino Secundário, IE 4 mç. 36, 1861.

47 Cf. RODRIGUES, Jaime. Ferro, trabalho e conflito: os africanos livres na fábrica de Ipanema. **História Social**, Campinas, n. 4-5, 29-42, 1997-1998. MAMIGONIAN, Beatriz. Do que o ‘preto mina’ é capaz: etnia e resistência entre os africanos livres, **Afro-Ásia**, n. 24, 71-95, 2000. BERTIN, Enidelce. Reivindicação e resistência. O não dos africanos livres (São Paulo, século XIX). **Afro-Ásia**, n. 40, p. 105-143, 2009.

48 A Casa de Correção foi uma penitenciária inaugurada em 1850. Não se sabe com exatidão, mas em algum momento iniciou-se a prática de recolher os africanos livres nesse lugar, algo que pareceu acontecer até os anos 1860. PESSOA, Gláucia. Casa de Correção do Rio de Janeiro. In: **Dicionário da administração pública brasileira do período Imperial (1822-1889)**, AN, 2016 [2014].

49 AN, RIO 94, Fundo Educação, Série Ensino Secundário, IE 4 mç. 29, 06/12/1842. A despeito da sugestão do suicídio de alguém em situação de cativo como um protesto, corroboro a posição de que não “parece justificável que o fenômeno do suicídio entre escravos no Brasil seja tomado como autoexplicável por sua desfavorável condição. Creemos que os atos suicidas são manifestações humanas extremas que não podem ser reduzidas a explicação única, seja ela de caráter sociológico, antropológico ou psicopatológico, e que devem ser sempre referidas aos contextos históricos em que se dão”. OLIVEIRA, Saulo Veiga; ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. O suicídio de escravos em São Paulo nas últimas duas décadas da escravidão. **História, Ciências, Saúde – Mangueiras**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 386, abr.-jun. 2008.

50 AN, RIO 94, Fundo Educação, Série Ensino Secundário, IE 4 mç. 34, 22/07/1850. Ao transcrever documentos

Ainda que não tenha sido divulgada uma razão para a mudança da conduta de Francisco, o qual já estava na escola há 11 anos e, ao que parece, até então não existiam reclamações contra ele, ao menos anunciaram-se os argumentos de que naquele momento apresentava-se altanado, isto é, soberbo, indicando uma tendência à insubordinação, e que essa atitude inspirava os restantes. Em outro ofício, o reitor informou que, por volta de dois meses depois, a instituição recebeu um trabalhador para suprir a vacância. Era “Manoel, Congo, de 14 anos de idade, adido aos vindos de Santos no Vapor de Guerra *D. Affonso*, e julgado livre pelo Subdelegado da Freguesia de Santa Rita sob o nº 482.”⁵¹

A partir de 1854, esses indivíduos apareceram de modo mais frequente nos diálogos entre a reitoria e o governo em virtude de uma importante mudança que se processou em 1853. Em um contexto de dinâmica insurgente, sobretudo no que concerne às questões abolicionistas, os saquaremas tiveram êxito na contenção de diversos eventos nesse sentido.⁵² Uma medida que esse grupo aplicou foi a decisão, a partir de setembro de 1848, de distribuir os africanos livres aos estabelecimentos governamentais ou projetos de interesse nacional em detrimento das exigências dos concessionários particulares.

Outra estratégia foi a lei subscrita em 1850 por Eusébio de Queirós. Tal dispositivo fixou normas ainda mais rígidas para a contenção do tráfico, reavendo a ideia de reexportação para a África dos recém-chegados. Se, por um lado, contribuiu para reprimir a entrada de africanos novos, por outro, protegeu a escravidão no interior do país, intensificando a política de mão de obra instituída desde 1848.⁵³

A questão é que a agitação em torno da abolição teria estimulado o desenvolvimento de uma “identidade africana livre”,⁵⁴ o que gerou o aumento das petições por liberdade. A terceira atitude então para enfrentar esse problema sem implicar a alteração da nova política foi a expedição de um decreto em 1853, concedendo a libertação aos que tivessem sido confiados a particulares e cumprido o interstício de 14 anos de serviço obrigatório.⁵⁵

neste texto, respeitei a pontuação e a gramática originais, mas atualizei a ortografia das palavras.

51 AN, RIO 94, Fundo Educação, Série Ensino Secundário, IE 4 mç. 34, 09/09/1850.

52 MAMIGONIAN, op. cit., 2017, capítulo 6. A autora citou os seguintes fatos ocorridos entre 1848 e 1852: a pressão para a emancipação definitiva para um grupo de africanos livres que haviam completado 14 anos de serviço em 1848, três operações britânicas (a elaboração de um inquérito sobre a eficácia da diplomática de repressão ao tráfico ilegal; as apreensões no litoral brasileiro; a elaboração de uma lista de africanos livres do Rio de Janeiro a partir da escuta de suas reclamações) e o surgimento do jornal *O Philantropo*, que difundia críticas às práticas escravistas.

53 MAMIGONIAN, op. cit., 2017, capítulo 6. ESCOSTEGUY FILHO, João. Disputando a direção: escravidão, civilização e ordem no Império do Brasil (1838-1850). In: SALLES (org.), op. cit., p. 157-219.

54 MAMIGONIAN, op. cit., 2017, p. 329.

55 Decreto de 28/12/1853, cujo texto é: “Hei por bem, de conformidade com a Minha Imperial Resolução de vinte e quatro do corrente mês, tomada sobre Consulta da Seção de Justiça do Conselho de Estado, Ordenar que os Africanos livres, que tiverem prestado serviços a particulares pelo espaço de quatorze anos, sejam emancipados, quando o requeiram; com obrigação porém de residirem no lugar que for pelo Governo designado, e de tomarem ocupação ou serviços mediante um salário.”

Diante de um cenário desvantajoso, é de supor algum tipo de manifestação por parte daqueles distribuídos para estabelecimentos públicos. A seguinte proposta do reitor José de Souza Correa (c.1783-1871) é um sinal de que dentro do CPIL estavam ocorrendo embates.

Tenho a honra de oferecer a consideração de V. Ex.^a a ideia, que nutro, de recompensar os serviços prestados ao colégio pelos 12 africanos livres, confiados ao mesmo, acreditando tirar daí todas as vantagens para o bom desempenho de suas atribuições; o salário de cem, a duzentos reis diários, arbitrados na proporção de seu comportamento, nunca excedendo daquela última quantia, começando pela primeira, não sendo um gravame para o cofre, traria mais regularidade no serviço pelo interesse na recompensa. Tenho outrossim de lembrar a V. Ex.^a a necessidade de trocar-se algum dentre eles, mais turbulentos, e viciosos por outros, ainda mesmo de menor idade, *a fim de que não sejam perturbados o regime, e ordem domésticas deste estabelecimento por contendas havidas entre eles, como atualmente acontece.*⁵⁶

Assim procedendo, o reitor demonstrava seu consentimento com os esquemas adotados em relação aos africanos, mas, por força da necessidade de preservar aquilo que entendia como o regime e a ordem da escola sob sua responsabilidade, recomendou a acomodação do decreto de 1853 para disponibilizar salários àqueles que ainda não poderiam ser libertados segundo os critérios instituídos pelos poderes políticos. Entretanto, seu ofício do mês seguinte silenciou sobre o ousado pedido de remuneração e demonstrou que nem sequer o de permuta fora atendido, visto que ele escreveu: “tenho a honra de novamente lembrar a V. Ex.^a o quanto seria conveniente proceder-se a essa troca, ainda mesmo por outros de menor idade, para que a ordem deste Estabelecimento não continue a ser perturbada pelos viciosos e turbulentos.”⁵⁷

Não encontrei relatos da recepção dos indivíduos encomendados. Pelo contrário, o que constatei foi uma redução do número desses trabalhadores. Porquanto os abusos com a delonga em libertá-los permaneceram, também foi contínua sua oposição a esse cenário. Desse modo, passados cinco meses, Correa informou a fuga de Affonso, David e José, e a tomada das providências devidas para casos semelhantes: o anúncio do acontecimento à polícia, ao curador de africanos livres e aos jornais.⁵⁸ A intensidade dessa crise pôde ser captada ainda de seu registro pouco antes de deixar o colégio, em 1855, de que o diretor interino da Casa de Correção alegou não haver número suficiente em disponibilidade para as substituições solicitadas, tendo, por isso, enviado Braz, cujos serviços tinham sido confiados à penitenciária, e David, recuperado após escape do próprio colégio.⁵⁹

A separação do colégio em duas unidades, ocorrida em 1857,⁶⁰ aumentou a produção de documentos sobre o tema. Em abril de 1860, o abade e frei José da Purificação Franco, vice-reitor do internato que posteriormente seria diretor do Colégio São Bento, levou às instâncias superiores a requisição outrora exigida:

56 AN, RIO 94, Fundo Educação, Série Ensino Secundário, IE 4 mç. 35, 25/04/1854, grifo meu.

57 AN, RIO 94, Fundo Educação, Série Ensino Secundário, IE 4 mç. 35, 15/05/1854.

58 AN, RIO 94, Fundo Educação, Série Ensino Secundário, IE 4 mç. 35, 24/10/1854; AN, GIFL, mç. 5B-562, 02/11/1854.

59 AN, RIO 94, Fundo Educação, Série Ensino Secundário, IE 4 mç. 35, 02/03/1855.

60 Cf. nota 10.

Havendo neste Estabelecimento 4 Africanos livres encarregados de uma parte de serviço do mesmo, sendo um deles o cozinheiro, sem terem outra recompensa além do alimento e vestuário que a eles manda dar o governo, parece de justiça que tenham também alguma gratificação pecuniária como se faz nas demais repartições. Assim, rogo a V. Ex.^a se digne dar a sua autorização para que a cada um deles se conceda alguma quantia diária, e além disso uma gratificação mensal ao cozinheiro.⁶¹

Em 3 de maio, um despacho na própria folha feita por um funcionário da Secretaria de Negócios do Império não apenas expressou sua inclinação a conceder o solicitado quanto sugestionou critérios para definir um valor a ser pago.⁶²

Ali parece razoável, e mesmo de justiça, as propostas do frei Vice-Reitor. Devo informar que na Biblioteca pública os Africanos livres que estão a seu serviço recebem [8]\$000 mensais. Tomando essa quantia por base podia-se arbitrar aos Africanos do Colégio de Pedro 2º a mensalidade de 6\$000, ficando o Reitor autorizada a conceder ao Cozinheiro uma gratificação até a soma de 12\$000 mensais, conforme for estabelecido ou marcado pela Junta Econômica [ilegível].⁶³

Ciente do requerimento de Franco, Manoel Pacheco da Silva (1812-1889), reitor do externato, encaminhou uma demanda parecida:

Existindo neste externato alguns africanos livres para o respectivo serviço, e entendendo que, como se pratica nas outras repartições, devem eles receber algum salário, sendo, na verdade, insuficiente um tostão por semana que recebem para tabaco, rogo a V. Ex.^a se digne a autorizar-me para dispensar por mês a quantia de cinco mil réis com o que serve de copeiro e com o ajudante de cozinheiro, e a de três mil réis com os demais.⁶⁴

A novidade aqui é a menção ao repasse semanal para a aquisição de fumo, o que não figurou em outras fontes. De modo semelhante ao ofício anterior, nesse documento há anotações efetuadas por empregados dessa secretaria no dia 7/5/1860.

Concedeu-se aos africanos livres, que servem no Internato, uma gratificação pecuniária, sendo 12\$000 mensais ao cozinheiro, e 6\$000 a cada um dos três: parece que por paridade de razão se deve conceder aos do Externato a gratificação que o Reitor requisita para eles, que é muito menor, a saber, 5\$000 para o que serve de copeiro, e para o ajudante de cozinheiro, e 3\$000 com os demais.⁶⁵

Quatro dias depois, outro explicou que

[a]s gratificações da natureza a que se tratam se compreendem nas Despesas miúdas dos estabelecimentos. Tem sido prática concedê-las. E, atenta a

61 AN, RIO 94, Fundo Educação, Série Ensino Secundário, IE 4 mç. 56, 30/04/1860.

62 De modo geral, não consegui discernir com clareza os nomes dos despachantes que fizeram anotações nos ofícios dos reitores do CPII. Por essa razão me referi a eles na maioria das vezes de modo impreciso.

63 AN, RIO 94, Fundo Educação, Série Ensino Secundário, IE 4 mç. 56, anotação em 03/05/1860 na folha do ofício de 30/04/1860.

64 AN, RIO 94, Fundo Educação, Série Ensino Secundário, IE 4 mç. 36, 02/05/1860.

65 AN, RIO 94, Fundo Educação, Série Ensino Secundário, IE 4 mç. 36, anotação em 07/05/1860 na folha do ofício de 02/05/1860. No comentário é perceptível o quanto se abordam com naturalidade as diferenças salariais entre os africanos dependendo-se de seu local de serviço. Isso é reflexo da deliberação de que os trabalhadores do internato fariam jus a uma gratificação para seu transporte “arbitrada segundo a necessidade de sua presença naquele colégio”, prevista no dispositivo que separou os “colégios”. Decreto nº 2006, de 24/10/1857, art. 75.

sua modicidade, podem correr, sem desfalque da respectiva verba, pela de ‘Instrução primária e secundária do corrente exercício.’⁶⁶

As confirmações oficiais vieram logo após essa comunicação interna. Em 5/5/1860, aprovou-se o ato para o internato e, em 15/5/1860, para o externato.⁶⁷ Se eles foram englobados nas folhas de pagamento já a partir de maio não é possível afirmar, porque só acessei a esses registros de setembro em diante, quando verifiquei que a autorização de fato estava sendo cumprida. Não obstante a impressão de que isso representou uma vitória para esses sujeitos, devo ressaltar uma profunda disparidade quando se levam em conta os vencimentos de outros serventes no mesmo período.

Naquele mês no internato, seguindo as resoluções, o cozinheiro Domingos ganhou 12\$000; Affonso, Amancio e Braz, designados como “do serviço”, alcançaram 6\$000 cada. Enquanto isso, pessoas livres no cargo de criado, que tinha atribuições semelhantes, receberam 24\$000.⁶⁸ Já no externato, ao passo que, conforme o combinado a quantia dos africanos variou de 3\$000 para aqueles com o encargo “do serviço” – a saber: Floriano e João Pirro – a 5\$000 para o copeiro Jacinto e o ajudante de cozinheiro Ezequiel; os valores para quem gozava de liberdade exercendo as mesmas funções eram, respectivamente, 40\$000 e 24\$000.⁶⁹ Levando-se em consideração que, em 1839, o professor do CPII Manoel de Araujo Porto Alegre reclamou que seu salário de aproximados 33\$000 mensais era “diminuto em relação ao trabalho de um Professor”, sendo “o tempo empregado no ensino do Colégio [...] mais rendoso a um artista na aplicação de outros trabalhos”,⁷⁰ o que dizer de um servente que recebia 3\$000 em 1860?

Em face de circunstâncias tão díspares, não surpreende que a prática de evasão tenha perdurado. E é precisamente nessa folha do externato relativa ao mês de setembro que há o informe de que Xavier e Agostinho não embolsaram soma alguma por estarem foragidos. Esses e outros esforços reivindicatórios daqueles incumbidos de tarefas no CPII e em outros lugares subsistiram de modo que o quadro se tornou insustentável. Isso acarretou a promulgação de um decreto em 1864, que determinou a emancipação de “todos os Africanos livres existentes no Império ao serviço do Estado ou de particulares”.⁷¹ A nova ordem revogou a de 1853 e reforçou alguns procedimentos já adotados para a libertação deles, com o diferencial de que agora deveriam correr com maior celeridade e sem ônus aos interessados. Todavia, para Mamigonian, impuseram-se muitas dificuldades.

66 AN, RIO 94, Fundo Educação, Série Ensino Secundário, IE 4 mç. 36, anotação em 11/05/1860 na folha do ofício de 02/05/1860.

67 Não os encontrei na íntegra. O dispositivo de 05/05/1860 é mencionado em NUDOM, livro para registro da folha de ordenados dos funcionários do Externato [Internato] do Imperial Colégio de Pedro Segundo, 1860; e o de 15/05/1860 é referido em AN, RIO 94, Fundo Educação, Série Ensino Secundário, IE 4 mç. 36, 1860. Na folha de pagamento de outubro informou-se que era uma portaria, mas na de novembro já se falou em aviso.

68 Um dos criados, sem justificativa alguma, recebeu um valor a mais: 29\$000. AN, RIO 94, Fundo Educação, Série Ensino Secundário, IE 4 mç. 56, 01/10/1860.

69 Já aqui outro criado, por um motivo não declarado, ganhou apenas 18\$000. AN, RIO 94, Fundo Educação, Série Ensino Secundário, IE 4 mç. 36, 01/10/1860.

70 AN, RIO 94, Fundo Educação, Série Ensino Secundário, IE 4 mç. 27, 10/02/1839.

71 Decreto nº 3310, de 24/09/1864, art. 1º.

A petição seguia um longo caminho na burocracia imperial. Passava pelo juiz de órfãos, o curador dos africanos livres, o diretor da Casa de Correção e o chefe de Polícia da Corte. Este último requisitava o interrogatório do africano, para checar a identidade e apurar se havia interesse de terceiros no processo de emancipação. [...] Cada uma dessas autoridades despachava petição com recomendação de emancipar ou não africano ou em questão, com base em critérios diferentes. [...] Demonstrando o esvaziamento da autoridade do juiz de órfãos e do curador, os funcionários do Ministério da Justiça que lidavam com a petição e que a relatavam ao ministro concordavam com a opinião do chefe de Polícia, fosse ela favorável ou não à emancipação. Ainda assim, sempre cabia ao ministro da Justiça a última palavra, negando a emancipação ou emitindo avisos de emancipação ao juiz de órfãos, que emitia as cartas, e ao chefe de Polícia, que as entregava aos africanos.⁷²

Como na realidade era necessário convencer que o requerente merecia se emancipar, a autora falou, ainda, na formação de uma rede de pessoas engajadas, apontando que as petições geralmente eram escritas por “solicitadores de causas”,⁷³ de tal forma que mesmo africanos alfabetizados pareciam preferir que tais profissionais subscrevessem suas solicitações. Em outros casos, para o enfrentamento do aparato estatal, houve o recurso ao consulado britânico.⁷⁴ Independentemente desse arsenal, foi árduo o caminho para se desvincular da tutela do Estado.

Velhos e insuficientes para o serviço

ANTES MESMO da divulgação do decreto que preconizava o fim do estatuto de africano livre, obtive relatos de alguns casos de emancipação que demonstram tanto as dificuldades enfrentadas quanto as estratégias mobilizadas. Um dos mais intrigantes é o de Jucundino Benguela, cujo processo foi protocolado no alvorecer de 1863, quando estava a cargo do cais da Glória. Em meio à juntada, há um atestado escrito pelo então ex-reitor Joaquim Caetano da Silva, certificando que o trabalhador atuara no CPII entre 1845 e 1851.⁷⁵

A despeito da distância de 11 anos, creio que a declaração devia ser importante para evidenciar o cumprimento do tempo de serviço obrigatório. No entanto, em um ofício de Silva já mencionado neste artigo, informou-se que uma das quatro crianças africanas que ingressaram no colégio em 1845 era Jucundino, de nação Oambo, e não de Benguela.⁷⁶ Tal equívoco é omitido na petição, a qual, por sua vez, narrou outro mal-entendido: o fato de terem excluído “por esquecimento” seu nome do aviso de 24/12/1862, que publicara

72 MAMIGONIAN, op. cit., 2017, p. 332-333.

73 Embasando-se na pesquisa de Coelho, Soares explicou que o cenário dos serviços jurídicos era fragmentado no período imperial, havendo um grupo composto “por prestadores de serviço, que possuíam formação somente prática, eram eles os solicitadores, os rúbulas e os advogados provisionados, que estavam disponíveis para o atendimento da massa da população ou que, sem recursos, vendiam seus serviços aos advogados de prestígio e seus escritórios”. SOARES, Renata. **Profissionalização do magistério**. A construção da condição laboral do professor primário no Rio de Janeiro (1854-1926). 2016. Tese (Doutorado em Educação) – PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2016. p. 53.

74 MAMIGONIAN, op. cit., 2017, capítulo 5.

75 AN, GIFL, mç. 5B-466, 13/08/1863.

76 AN, RIO 94, Fundo Educação, Série Ensino Secundário, IE 4 mç. 31, 09/08/1845. Cf. Imagem 1.

diversas cartas de emancipação; em consequência disso, a polícia não queria entregar seu documento de liberdade.⁷⁷ Na ausência de mais dados, não foi possível saber se e em que momento o suplicante teve o desígnio esperado.

Situação igualmente curiosa é a de Amancio, que, aparentemente, postulou cinco requerimentos distintos. Há um documento datado de abril de 1863 e assinado por um José Francisco dos Santos, o qual apontou os serviços de Amancio Benguela desde 1839 e sua boa conduta como motivos satisfatórios para rogar por sua liberdade. Apenas parte dessas informações coincide com o teor de uma certidão fornecida no dia anterior pelo curador de africanos Balbino José da França Ribeiro, na qual afirmou a chegada de um Amancio Uambo no brigue *Felix* em 1839. E um trecho de um ofício do reitor do internato da época Joaquim Marcos de Almeida Rego contrasta totalmente com o argumento inicial sobre seus modos: “o comportamento do Africano Amancio, em geral é bom no Colégio somente quando algumas vezes se embriaga se torna sicário”.

Dois meses depois, surgiu segunda apelação, desta vez firmada por José Fernandes Monteiro e declarando que Amancio Ganguela chegara ao Rio de Janeiro em 1845, sendo logo remetido ao CPII. Já em agosto, o mesmo Monteiro reivindicou a emancipação de Amancio Uambo, lembrando sua entrega à escola desde sua vinda no brigue *Felix* em 1839. Em um maço diferente encontram-se, ainda, duas requisições. Uma de outubro, referendada por outrem, requereu a libertação de Amancio Benguela. Por fim, um quarto indivíduo, em novembro, reafirmou a demanda feita em abril em favor de Amancio, sem especificar sua nação. Salvo o pedido de outubro, os demais aludiram ao decreto de 1853.⁷⁸

O exame das causas de Jucundino e de Amancio trazem a impressão de ter sido socialmente aceitável naquele contexto as sobreposições entre as nações Benguela e Oambo/Uambo. Aliás, de acordo com o último processo, essa justaposição abarcaria Ganguela. Isso me impeliu a questionar se seriam o mesmo local. Apesar de admitir que, no “Brasil, o estudo dos grupos étnicos africanos é sempre uma verdadeira caminhada em um cipóal. E isso se deve, entre outros fatores, à grafia dos nomes, em geral reproduzidos de autores estrangeiros”,⁷⁹ Lopes depreendeu que Benguela, Ovambo (ou Ambo) e Ganguela referem-se a Angola. Enquanto aquele termo significa uma importante cidade portuária desde o século XVII até hoje, estes expressam os nomes de dois povos que se localizavam, respectivamente, na fronteira leste do atual país; e ao longo e ao meio da fronteira sul, estendendo-se ao norte da Namíbia e ao sudoeste da África do Sul.

De posse desses dados, e considerando as dificuldades de comunicação nos contatos iniciais entre os africanos recém-chegados e as pessoas responsáveis por seu

77 AN, GIF1, mç. 5B-466, 16/02/1863.

78 AN, GIF1, mç. 6D-77, 17/04/1863, 18/04/1863, 11/05/1863, 05/06/1863 e 13/08/1863; mç. 6D-83, 19/10/1863 e 12/11/1863. De acordo com consulta à versão online do Dicionário Michaelis, realizada em 18/02/2022, sicário é aquele “que tem sede de sangue; cruel, sanguinário”.

79 LOPES, Nei. Cultura banta no Brasil: uma introdução. In: NASCIMENTO, Elisa (org.). **Cultura em movimento: matrizes africanas e ativismo negro no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2008. p. 41.

cadastramento, torna-se presumível que um sujeito pertencente a Ovambo ou a Ganguela tenha sido registrado como proveniente de Benguela por ter contado a saída do continente africano a partir daquele porto. Se, por um lado, tal raciocínio dissipa a estranheza inicial sobre o caso de Jucundino, por outro, aumenta a desconfiança a respeito da história de Amancio, uma vez que não seria plausível a confusão entre Ovambo e Ganguela.

Uma investigação mais cuidadosa nos papéis da escola levou-me a validar a passagem de dois Amancio pelo CPII. Um deles, de nação Oambo/Uambo, ingressou no colégio em 1839 e faleceu de gastro-hepato-peritonite oito anos mais tarde, como já foi comentado. Ainda assim, entre agosto de 1860 e abril de 1864, outro, de origem não revelada, figurou nas folhas de pagamento do internato.⁸⁰ É possível, então, que o segundo Amancio, numa investida para abreviar o período de trabalho tutelado que precisava comprovar, tenha deliberadamente se passado pelo primeiro, aproveitando-se do conhecimento que possuía acerca de seu advento na instituição em 1839. Contudo, os indícios que encontrei não foram suficientes para iluminar se a tática obteve êxito.

Já em relação ao caso de Jacinto Monjolos, que esteve no colégio pelo menos desde 1850, consegui me aproximar mais do desfecho. Sua requisição também foi pedida nos momentos iniciais de 1863, tendo sido assinada pelo advogado Joaquim Mendes Malheiros, que, bacharel em letras pelo CPII, nele atuou como docente de história entre 1859 e agosto de 1862, quando foi dispensado sem maiores explicações.⁸¹ Assim, posso enunciar que no colégio por onde passou Emílio Joaquim da Silva Maia, um concessionário particular de africanos livres também exerceu o magistério um indivíduo que se comprometeu com as demandas desses trabalhadores.

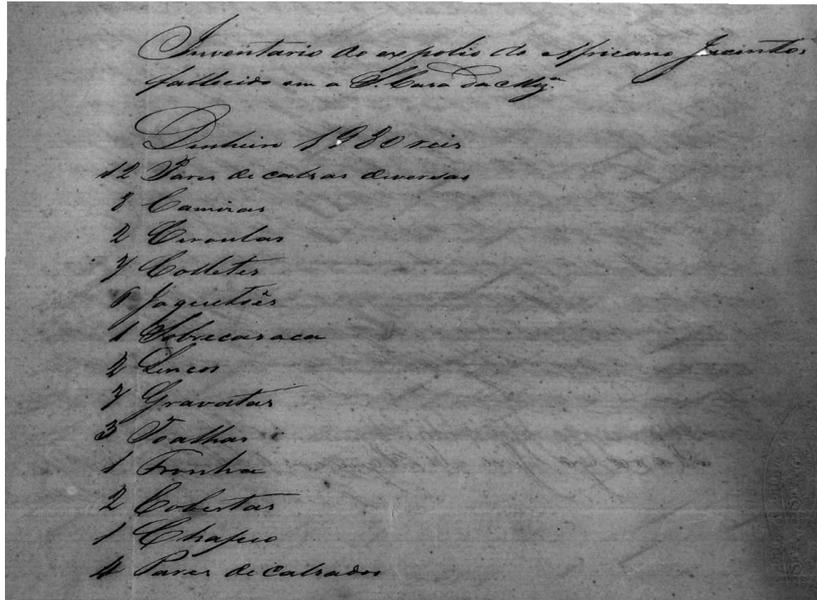
Entre os anexos do processo, existe um ofício do escrivão dos africanos livres noticiando seu encaminhamento ao colégio em 1848, peça fundamental para apontar o decorrer de 15 anos de serventia; um comunicado do reitor Manoel Pacheco da Silva avaliando positivamente seu comportamento; um escrito do chefe de polícia afirmando sua ciência; e o despacho de um funcionário público, creio que da Secretaria da Justiça, demonstrando sua aprovação. A princípio, tais testemunhos indicam que tudo estava correndo de modo ágil e sem maiores objeções. Todavia, transcorridos mais de seis meses, Jacinto ainda constava nas folhas de pagamento como africano livre.⁸² E, depois de novembro de 1863, perdi seus rastros.

80 AN, mç. IJ6, pasta 523, 16/12/1844 e AN, RIO 94, Fundo Educação, Série Ensino Secundário, IE 4 mç. 32, 10/09/1847 e mç. 56-58.

81 Na última folha de vencimentos em que Malheiros figurou, apenas consta a informação de que “serviu até 11 de Agosto; [até] ser demitido”. AN, RIO 94, Fundo Educação, Série Ensino Secundário, IE 4 mç. 36, 31/08/1862. E, apesar de Dória ter-lhe tecido uma série de elogios, não o associou à causa dos africanos livres nem esmiuçou as razões de sua retirada, abordando-a só circunstancialmente: “Sem incidentes de monta, decorreu o ano letivo de 1862. Nele passaria a secretário do Externato, o professor José Manoel Garcia, e começaria a lecionar História Universal o Dr. Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello, em 1877 Barão Homem de Mello. Entrava a lecionar, após concurso, disputando cátedra a valente contendor, o Dr. Cortines Laxe. Era Homem de Mello aquisição de proveito para o Colégio, privado do professor Malheiros.” DÓRIA, op. cit., p. 102, grifo meu. A última menção ao egresso e ex-professor na MHCPPII deu-se em meio aos comentários do ano de 1867, quando se contou brevemente que estava lecionando no Colégio Pinheiro.

82 AN, GIF1, mç. 5B-466, 20/01/1863, 28/02/1863, 14/03/1863 e 17/03/1863. AN, RIO 94, Fundo Educação, Série Ensino Secundário, IE 4 mç. 37, 1863.

Imagem 2 – Inventário de Jacintho



Fonte: NUDOM, livro de registro de matrículas dos empregados do Imperial Colégio Pedro II, 1838-1852, n. 5.

Em um ofício de julho de 1864, que cito na íntegra páginas à frente, Pacheco da Silva noticiou, sem detalhar, que o trabalhador conseguira sua emancipação.⁸³ Lamentavelmente, suspeito que ele tenha usufruído da nova condição por pouco tempo porque há um inventário de seus bens, o que comunica seu óbito. Por um lado, porque esse catálogo não foi datado e está armazenado em um arquivo que contém registros do colégio referentes ao intervalo de 1860 a 1863, conjecturo sua morte entre novembro e dezembro de 1863. Por outro, creio que esse reitor informaria o falecimento na eventualidade de ter recebido essa notícia antes da elaboração do ofício, o que acarreta outras hipóteses: ou ele romperia totalmente os contatos com o africano após sua liberdade, de modo que não ficou sabendo que sucumbiu, ou Jacinto morreu apenas depois da emissão do texto.

Graças aos dados fornecidos por Henrique Espada Lima,⁸⁴ podemos comparar o espólio de Jacinto com o de Augusto Mina, africano livre falecido em Santa Catarina em 1861, aos 25 anos. Consoante esse autor, o trabalhador portuário da cidade de Desterro “vivia por si”⁸⁵ junto a companheiros com *status* diferentes – havia tanto escravizados quanto um liberto – e trabalhava ao ganho, ou seja, por conta própria, pagando um jornal a seu “cidadão privado”, que é o modo como Lima designou o que Mamigonian denominou de concessionários particulares.

83 AN, RIO 94, Fundo Educação, Série Ensino Secundário, IE 4 mç. 37, 12/07/1864.

84 LIMA, Henrique. No baú de Augusto Mina: o micro e o global na história do trabalho. *Topoi*, v. 16, n. 31, p. 571-595, jul.-dez. 2015.

85 Trata-se de uma variação da expressão morar sobre si que, tendo aparecido em diversos documentos analisados pela autora, “designava a prática de escravos que não habitavam a casa senhorial, morando à própria custa”. SANTOS, Ynaê. *Além da senzala: arranjos escravos de moradia no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2010. p. 18, nota 3.

Em conformidade com a Tabela 1, ao passo que Augusto contava com uma quantidade de dinheiro superior à de Jacinto, este possuía mais itens de vestuário.⁸⁶ Essa soma que, segundo Lima, “seria suficiente para comprar uma pequena casa, ou um terço do preço de um escravo que tivesse a idade de Augusto”, pode ser compreendida em função de “outras atividades que o africano desenvolvia no porto: não apenas como marinheiro mas, muito provavelmente, como alguém que acabou por participar do recrutamento e da administração da mão de obra de outros homens”.⁸⁷ E o pesquisador expôs depoimentos colhidos por um oficial de polícia durante o inquérito para realizar o inventário os quais atestaram que o preto era “poupador” e “econômico”, o que justificaria menos peças de roupa.

Tabela 1 – Comparação dos bens de Jacinto e de Augusto

| | Jacinto | Augusto |
|-------------|---------|----------|
| Dinheiro | 1\$980 | 438\$000 |
| Calças | 12 | 7 |
| Camisas | 8 | 2 |
| Ceroulas | 2 | |
| Coletes | 7 | |
| Jaquetões | 6 | 2 |
| Sobrecasaca | 1 | |
| Lenços | 2 | |
| Gravatas | 7 | 1 |
| Toalhas | 3 | |
| Fronha | 1 | |
| Cobertas | 2 | |
| Chapéu | 1 | 5 |
| Calçados | 4 | 1 |

Fonte: NUDOM, livro de registro de matrículas dos empregados do Imperial Colégio Pedro II, 1838-1852, n. 5. LIMA, op. cit., 2015.

Como, pois, explicar a proporção maior de calças, jaquetões, gravatas e sapatos de Jacinto, principalmente diante da suposição de que faleceu tão logo conseguiu sua emancipação definitiva? Embora não seja possível confirmar, penso que os dados sugerem que o copeiro do CPII gozava de alguma flexibilidade para a circulação pela cidade enquanto estava sob a supervisão do estabelecimento. Mas não encontrei vestígios que indiquem que tal mobilidade, caso realmente existente, estendia-se a seus pares. Ainda assim, considero proveitoso acrescentar o entendimento de que “a materialidade da vida escrava não foi um fator definidor

86 Ampliando a comparação, registro que ambos dispunham de mais objetos do que aqueles entregues aos africanos livres remanescentes do navio *Emília*, os quais “nada recebiam além de um par de calças de algodão, duas camisas, cobertor de algodão branco, esteira de palha para dormir, chapéu de palha, prato, copo e talher de metal”. HAWTHORNE, Walter. “Sendo agora, como se fôssemos, uma família”: laços entre companheiros de viagem no navio negreiro *Emília*, no Rio de Janeiro e através do Mundo Atlântico. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 3, n. 6, p. 7-29, 2011.

87 LIMA, op. cit., 2015, p. 572 e 588.

da relação escravista. Apesar do exercício da autonomia, ninguém foi menos escravo por morar longe de seu senhor”.⁸⁸

Iniciando-se o ano de 1864, mais baixas ocorreram na instituição. O exame de folhas de pagamento mostrou a movimentação no internato. Braz, que chegara em 1855 e estava presente nelas desde agosto de 1860, desapareceu após 5/7/1864, o que pode ser interpretado como a obtenção de sua carta de liberdade ou seu falecimento.⁸⁹ E Affonso, na escola ao menos desde 1854 e que figurou nessas fontes a datar de tempo similar ao de seu companheiro, em julho de 1864 foi remetido à Casa de Correção “[...] *em razão dos distúrbios e das desordens que provocava, perturbando assim os estudos*; sendo isso devido ao estado de embriaguez em que se achava constantemente”. Em contrapartida por sua entrega, esse reitor pediu sua substituição.⁹⁰

No mesmo mês, Manoel Pacheco da Silva resumiu a conjuntura no externato:

Cumpre-me rogar a V. Ex.^a se digne de providenciar para que não venha este Externato a ficar sem Africanos livres e assim ter de aumentar-se a despesa, por isso que de seis africanos livres que aqui existiam, chamados Jacinto, Xavier, Agostinho, Ezequiel, Floriano e João Pirro, o primeiro emancipou-se, o segundo foi devolvido à Casa de Correção em troca de outro que ainda não veio, o terceiro está foragido, e os três últimos já têm tempo de sobra para a sua emancipação, do que se estão ocupando, por ser azada a ocasião, e de mais a mais são velhos e por isso insuficientes para o serviço.⁹¹

Três dias depois, em uma folha anexa, Netto e Machado, que atuava no órgão responsável pela instrução pública, propôs duas soluções.

Podem-se oficial ao Ministério da Justiça para substituir por outros os africanos livres, existentes no Externato do Colégio de Pedro 2º, se houverem disponíveis na Casa de Correção.

No caso de que não seja isso possível, talvez seja necessário permitir-se a substituição por alugados, como se praticou para com o Instituto dos Cegos, para que não fique o Externato sem serventes.⁹²

No entanto, em seguida, ele mesmo esclareceu a inviabilidade da orientação que dera sobre as tratativas de permuta: “No aviso junto comunica o Ministério da Justiça que na Casa de Correção não há atualmente africanos livres disponíveis, em consequência de se ter concedido Carta de emancipação há um grande número deles.”⁹³

88 SANTOS, Ynaê, op. cit., 2010, p. 161.

89 NUDOM, livro de registro de matrículas dos empregados do Imperial Colégio Pedro II, 1838-1852, n. 5. AN, RIO 94, Fundo Educação, Série Ensino Secundário, IE 4 mç. 56-58. Esses documentos também indicam dois sinais de indisciplina: sua fuga em 1861 e descontos em 1863.

90 NUDOM, livro de registro de matrículas dos empregados do Imperial Colégio Pedro II, 1838-1852, n. 5. AN, RIO 94, Fundo Educação, Série Ensino Secundário, IE 4 mç. 56-58. Bem como no caso de Braz, essas fontes apontam que também esteve foragido em 1861 e que recebeu desfalque salarial em dois meses de 1864. AN, RIO 94, Fundo Educação, Série Ensino Secundário, IE 4 mç. 58, 16/07/1864, grifo meu.

91 AN, RIO 94, Fundo Educação, Série Ensino Secundário, IE 4 mç. 37, 12/07/1864, grifo meu.

92 AN, RIO 94, Fundo Educação, Série Ensino Secundário, IE 4 mç. 37, pedaço de papel com uma anotação datada de 15/07/1864.

93 AN, RIO 94, Fundo Educação, Série Ensino Secundário, IE 4 mç. 37, anotação s/d abaixo daquela do dia 15/07/1864.

Já no dia 16 de julho, o funcionário José Jorge explicou a inconveniência de aplicar o plano de alugar esses africanos.

O Ministério do Império não está habilitado para dar a autorização requisitada, por isso que não tem fundos consignados para esta despesa, quer no orçamento provisoriamente em vigor, quer no que passou em 3ª discussão na Câmara dos Deputados.

Pelo que se refere ao Instituto dos meninos cegos o Ministério do Império, dando autorização, habilitou-se pedindo necessário aumento na verba competente.⁹⁴

É incerto se o reitor Pacheco da Silva se inteirou dessas explicações. O que se pode garantir é que em agosto ele reiterou a necessidade de trabalhadores.⁹⁵ Nesse ínterim, José Jorge reformulou seu parecer acerca do aluguel de africanos após sua emancipação.

Conforme já expus, o Ministério do Império não está habilitado com os fundos necessários para manter a despesa dos serventes, o que tem de substituir os africanos livres no serviço do Internato e Externato do Imperial Colégio de Pedro 2º. Como, porém, seja essa despesa indispensável, convirá autorizar admissão do número, que se julgar razoável, de serventes em cada um dos estabelecimentos, pagando-se os salários, que não deverão exceder a 30\$[000] mensais para cada um, pelas sobras das diversas consignações da respectiva rubrica.⁹⁶

Suponho que esse despachante era alguém influente na repartição. Porque muito provavelmente foi seu posicionamento que originou o aviso de 29/8/1864 do qual me tornei ciente por ter sido mencionado nas notas contábeis a fim de justificar a cifra de 24\$000 concedida aos recém-emancipados que continuaram no externato.⁹⁷ Como só identifiquei isso a partir de outubro de 1864, acredito que sua determinação só tenha se efetivado após o dispositivo que possibilitou a emancipação definitiva, promulgado em 29/9/1864. O fato é que a referência a esse aviso passou a substituir o comentário que informava nas folhas de pagamento que tais trabalhadores eram africanos livres. Além disso, através dele foi eliminada a distinção financeira que antes estava vinculada à função exercida.

Agostinho não esperou todas essas mudanças se efetivarem. Foragido desde abril, cinco dias após a expedição do decreto apresentou-se à Secretaria de Polícia para receber sua carta.⁹⁸ O restante, porém, continuou incluído no rol de trabalhadores do colégio. Embora em julho tivesse dito que Ezequiel, Floriano e João Pirro estavam “velhos e por isso insuficientes para o serviço”, em outubro Manoel Pacheco admitiu ter-lhes alugado como

94 AN, RIO 94, Fundo Educação, Série Ensino Secundário, IE 4 mç. 37, anotação na folha do ofício do 12/07/1864.

95 AN, RIO 94, Fundo Educação, Série Ensino Secundário, IE 4 mç. 37, 23/08/1864.

96 AN, RIO 94, Fundo Educação, Série Ensino Secundário, IE 4 mç. 37, 17/08/1864.

97 AN, RIO 94, Fundo Educação, Série Ensino Secundário, IE 4 mç. 37 e 38, 1864-1866. Não há folhas disponíveis sobre o ano de 1867, e nas de 1868 já não se fala mais dele.

98 Ele também esteve foragido entre setembro de 1860 e janeiro de 1861. AN, RIO 94, Fundo Educação, Série Ensino Secundário, IE 4 mç. 36, 1860-1861. AN, RIO 94, Fundo Educação, Série Ensino Secundário, IE 4 mç. 37, 05/10/1864. NUDOM, livro para registro da correspondência do reitor (Manoel Pacheco da Silva, cônego José Joaquim da Fonseca Lima, José Joaquim do Carmo) e da Secretaria do Externato do Imperial Colégio de Pedro 2º com os professores e outras pessoas, 1858-1883, 05/10/1864.

serventes pelo salário de 24 mil réis mensais, “ficando o estabelecimento sem o ônus que dantes tinha de lhes dar vestuário, calçado e lavagem de roupa”.⁹⁹

Isadora Mota, ao investigar as experiências letradas de africanos livres, deparou-se com duas cartas escritas por Leocádia ao antigo concessionário de sua mãe Marcelina, que acabara de se emancipar. De acordo com Mota, o texto da menina de 12 anos, que era livre, denota que “provavelmente imaginou que a emancipação de sua mãe significaria para ambas a liberdade de ir e vir como quisessem”, quando a realidade demonstrou-se mais espinhosa.¹⁰⁰ Não foram descobertos vestígios similares de autoria dos recém-emancipados que seguiram atuando no CPII que possam apontar suas expectativas com o novo *status*. Desse modo, mais uma vez recorri aos registros financeiros para tentar construir sua trajetória.

Ezequiel Congo, que estava na escola no mínimo desde 1850, figurou nessas fontes somente até julho de 1866, sem maiores explicações.¹⁰¹ Por sua vez, Floriano Noambo, que ingressara na escola em 1845, aos 12 anos, constou em todas as folhas de pagamento disponíveis de setembro de 1860 até outubro de 1864, ocasião em que pela primeira vez foi retratado como emancipado. Não encontrei o registro relativo a novembro, e a partir de dezembro ele não apareceu mais, o que pode sugerir a desistência em permanecer no colégio.

Digno de destaque é o caso de João Pirro Canhiacuto que, tendo sido distribuído ao colégio em 1839, nele se conservou pelo menos até 1886, perfazendo quase cinquenta anos de serviço. Em relação a ele não achei relatos de fuga, solicitações de troca, reclamações de comportamento ou anotações de descontos salariais. Nem sequer formulou-se uma crítica à sua conduta, como ocorreu com Domingos do internato, cuja contratação também foi proposta fundamentando-se na decisão de 29/08/1864.

Domingos Africano livre venceu até o dia 9 a 12\$000 mensais e do dia 10 em diante foi contratado como cozinheiro livre à razão de 40\$000, por ter recebido sua carta de emancipação com essa data, *não querendo sujeitar-se por menos de 40\$000 mensais* que é dado ao cozinheiro deste estabelecimento; recebeu por tanto 31\$600.¹⁰²

Certamente foi sua postura mais reativa que motivara desfalques em sua remuneração tanto em julho de 1863 quanto em julho de 1865, e possivelmente também a curta duração de seu acordo laboral com o CPII após deixar de ser africano livre, uma vez que não mais se encontrou na escola após janeiro de 1866.¹⁰³

Em contraste, Pirro inicialmente pareceu ter se sujeitado por menos. Entre 1864 e 1873, ele recebeu os 24 mil réis mensais marcados no dispositivo de agosto de 1864,

99 AN, RIO 94, Fundo Educação, Série Ensino Secundário, IE 4 mç. 37, 12/07/1864 e 04/10/1864.

100 MOTA, op. cit., p. 101.

101 AN, RIO 94, Fundo Educação, Série Ensino Secundário, IE 4 mç. 36-38, 1860-1866. Nessas folhas, há também registros de que Ezequiel foi descontado em dois momentos no ano de 1865.

102 AN, RIO 94, Fundo Educação, Série Ensino Secundário, IE 4 mç. 58, 30/09/1864, grifo meu.

103 AN, RIO 94, Fundo Educação, Série Ensino Secundário, IE 4 mç. 57-59, 1863-1866.

enquanto os outros serventes ganhavam 30 mil. No último ano, porém, o reitor José Joaquim da Fonseca Lima (1815-1882) comentando “a dificuldade de achar pessoas capazes do serviço do estabelecimento pela retribuição que estava fixada para este fim”, relatou ter sido autorizado para aumentar em 10 mil réis o salário dos serventes. Daí que eles passaram a fazer jus a 40 mil réis mensais, ao passo que a quantia de Pirro foi alterada para 30 mil.¹⁰⁴ Apenas em 1878 teve a remuneração igualada aos demais. Em função da falta de fontes, não pude averiguar se a isonomia salarial decorreu de uma mudança de atitude do trabalhador.

Marcelo Badaró Mattos explicou que, “[...] enquanto o peso da escravidão urbana foi elevado, a variação salarial dos trabalhadores livres não se pautava apenas pelos critérios clássicos de oferta e procura de mão de obra proletarizada”.¹⁰⁵ De acordo com sua interpretação, diversas condicionantes que refletiam as hierarquias sociais e raciais indubitavelmente afetavam a fixação dos salários dos trabalhadores livres. E creio que os vencimentos menores de Pirro são um indício disso. Apesar de ter se livrado do trabalho compulsório, não pôde se desvincular do estigma de africano livre, que carregava na pele.

COMO DIVERSOS COLEGAS, João Pirro havia sido sequestrado ilegalmente de sua terra natal e, por isso, foi declarado livre ao ser entregue às autoridades brasileiras. Apesar da liberdade, trabalhou de modo compulsório no Colégio Pedro II por 25 anos sob a justificativa de custear sua reexportação para a África, que nunca aconteceu. A partir de 1860, passou a receber 3\$000 pelos serviços de servente, o que era um valor bastante diminuto em relação aos criados livres que atuavam na escola. Finalmente conseguiu a emancipação definitiva em 1864 e, mesmo tendo sido qualificado como velho e insuficiente, obteve a oportunidade de continuar no universo laboral que já conhecia e com o salário octuplicado, embora tenha perdido o direito ao vestuário, outrora fornecido pelo empregador, e continuasse recebendo menos do que diversas pessoas, provavelmente brancas, realizando as mesmas funções. Sua situação demonstra tanto as falhas do processo de emancipação dos africanos livres quanto a tênue fronteira entre escravidão e liberdade de modo geral, em virtude da interdependência entre o racismo e o capitalismo; os quais, por continuarem agindo na atualidade, acarretam, ainda, o silenciamento de casos como o dele.

Recebido: 27/07/2024

Aprovado: 22/10/2024

104 AN, RIO 94, Fundo Educação, Série Ensino Secundário, IE 4 mç.38-42, 1864-1873 e mç. IE 4 42, 12/09/1873.

105 MATTOS, Marcelo. **Escravidão e livres**. Experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008. p. 46.